

# PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

## CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO

Prova Escrita de Natureza Prática – P<sub>4</sub>

Aplicação: 19/11/2022

### PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

#### QUESITO 1

A lei estatutária estadual n.º 5.810/1994 dispõe o seguinte:

~~“Art. 244. Aos servidores da administração direta, autarquias e fundações públicas, contratado por prazo indeterminado, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho ou como serviços prestados é assegurado até que seja promovido concurso público para fins de provimento dos cargos por eles ocupados, ou que venham a ser criados, as mesmas obrigações e vantagens atribuídas aos demais servidores considerados estáveis por força do artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988.”~~

Trata-se de regra transitória, voltada à disciplina de situações existentes na administração direta, autarquias e fundações públicas quando do advento da lei estatutária estadual (1994), especificamente com relação ao pessoal contratado sem concurso público, por meio do regime celetista ou como “serviços prestados”. O intuito da norma foi assegurar as mesmas obrigações e vantagens dos servidores estáveis, conforme o art. 19 do ADCT/CF, até a realização de concurso público para regular o provimento dos cargos públicos. A entidade referida na situação apresentada, em 1994, era fundação estatal de direito privado e, portanto, não lhe era aplicável a Lei estadual n.º 5.810/1994. Com efeito, as situações que o art. 244 pretendeu alcançar não albergam empregados regularmente contratados sem concurso público, antes da CF, por fundação estatal de direito privado, os quais só podem acessar o regime estatutário mediante aprovação em concurso público para provimento dos cargos públicos criados no quadro de pessoal da entidade.

A Constituição Federal de 1988 (CF) reconhece à administração direta e indireta a contratação, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da lei (CF, art. 37, IX). No âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do estado do Pará, essa contratação ocorre conforme disposto na Lei Complementar estadual n.º 7/1991, configurando-se o vínculo de natureza jurídico-administrativa. Nesse contexto inserem-se as fundações estatais de direito público.

Contudo, em se tratando de entidades estatais de direito privado – caso das fundações estatais de direito privado e das empresas estatais –, o regime jurídico de natureza híbrida (de direito privado com derogações jus-publicistas) a elas aplicável, em especial a sujeição do seu pessoal ao regime celetista, enseja a aplicação da CLT também às contratações temporárias (CLT, arts. 443, 445 e 451), para o atendimento da necessidade temporária de excepcional interesse público, configurando-se o vínculo de natureza jurídico-trabalhista.

Em qualquer caso, o pessoal temporário deve ser, em regra, selecionado via processo seletivo simplificado.

#### QUESITO 2 1 / CONCEITOS

0 – Não respondeu ao questionamento ou o fez de forma totalmente incorreta ou sem qualquer justificativa.

1 – Respondeu que não, abordando, de forma correta, apenas **Abordou corretamente** um dos **três quatro** elementos mencionados no padrão de resposta: 1) caráter transitório do art. 244 da Lei estadual n.º 5.810/1994; **contratação de pessoal temporário (CF, art. 37, IX); 2) inaplicabilidade da norma à fundação estatal de direito privado; 2) contratação pelas fundações estatais de direito público em consonância com a LCE n.º 7/1991, a qual estabelece o vínculo de natureza jurídico-administrativa; 3) impossibilidade de aplicação da norma aos empregados de fundação estatal de direito privado, sob pena de burla ao concurso público. regime jurídico híbrido das fundações estatais de direito privado que enseja a aplicação das normas celetistas sobre contratações temporárias (CLT, arts. 443, 445 e 451), configurando-se o vínculo de natureza jurídico-trabalhista; 4) seleção via processo seletivo simplificado.**

2 – Respondeu que não, abordando, de forma correta, **Abordou corretamente** dois dos **três quatro** elementos mencionados no padrão de resposta: 1) caráter transitório do art. 244 da Lei estadual n.º 5.810/1994; **contratação de pessoal temporário (CF, art. 37, IX); 2) inaplicabilidade da norma à fundação estatal de direito privado; 2) contratação pelas fundações estatais de direito**

público em consonância com a LCE n.º 7/1991, a qual estabelece o vínculo de natureza jurídico-administrativa; 3) impossibilidade de aplicação da norma aos empregados de fundação estatal de direito privado, sob pena de burla ao concurso público; regime jurídico híbrido das fundações estatais de direito privado que enseja a aplicação das normas celetistas sobre contratações temporárias (CLT, arts. 443, 445 e 451), configurando-se o vínculo de natureza jurídico-trabalhista; 4) seleção via processo seletivo simplificado.

3 – Respondeu que não, abordando, de forma correta, Abordou corretamente três dos quatro elementos mencionados no padrão de resposta: 1) caráter transitório do art. 244 da Lei estadual n.º 5.810/1994; contratação de pessoal temporário (CF, art. 37, IX); 2) inaplicabilidade da norma à fundação estatal de direito privado; 2) contratação pelas fundações estatais de direito público em consonância com a LCE n.º 7/1991, a qual estabelece o vínculo de natureza jurídico-administrativa; 3) impossibilidade de aplicação da norma aos empregados de fundação estatal de direito privado, sob pena de burla ao concurso público; regime jurídico híbrido das fundações estatais de direito privado que enseja a aplicação das normas celetistas sobre contratações temporárias (CLT, arts. 443, 445 e 451), configurando-se o vínculo de natureza jurídico-trabalhista; 4) seleção via processo seletivo simplificado.

4 – Abordou corretamente os quatro elementos mencionados no padrão de resposta: 1) contratação de pessoal temporário (CF, art. 37, IX); 2) contratação pelas fundações estatais de direito público em consonância com a LCE n.º 7/1991, a qual estabelece o vínculo de natureza jurídico-administrativa; 3) regime jurídico híbrido das fundações estatais de direito privado que enseja a aplicação das normas celetistas sobre contratações temporárias (CLT, arts. 443, 445 e 451), configurando-se o vínculo de natureza jurídico-trabalhista; 4) seleção via processo seletivo simplificado.

## QUESTO 2

~~De acordo com o art. 37, I V, da CF, “durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira”. A norma estabelece a prioridade dos candidatos aprovados sobre novos concursados, durante o prazo de validade do certame.~~

~~Em princípio, seria juridicamente viável a abertura de novo certame, já que a situação se refere a empregos públicos e o certame anterior havia sido realizado para o preenchimento de cargos públicos por entidade já extinta.~~

~~Contudo, com relação à oportunidade, dada a identidade ou a similitude de atribuições dos cargos e dos empregos públicos em questão e considerando que o regime estatutário é sabidamente mais benéfico do que o regime celetista — o que enseja ampla participação no respectivo certame, afastando-se a alegação de restrição à competitividade —, haveria risco considerável de se entender que os candidatos aprovados e não classificados teriam direito de ser convocados e optar pelo ingresso nos empregos públicos.~~

~~Sobre o direito, mesmo o dos candidatos aprovados e não classificados, a serem convocados com prioridade sobre novos concursados, já havia quem o defendesse em 2008, registrando-se que a evolução da matéria levou à edição da tese a seguir constante no Tema 784 RG (2016).~~

~~“O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma abalpe pelo candidato.”~~

~~Seria recomendável, então, aguardar o fim do prazo de validade do certame ocorrido em 2006, para realizar, com segurança, o concurso público para os empregos públicos.~~

A lei estatutária estadual n.º 5.810/1994 dispõe o seguinte:

“Art. 244. Aos servidores da administração direta, autarquias e fundações públicas, contratados por prazo indeterminado, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho ou como serviços prestados é assegurado até que seja promovido concurso público para fins de provimento dos cargos por eles ocupados, ou que venham a ser criados, as mesmas obrigações e vantagens atribuídas aos demais servidores considerados estáveis por força do artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.”

Trata-se de regra transitória, voltada à disciplina de situações existentes na administração direta, autarquias e fundações públicas quando do advento da lei estatutária estadual (1994), especificamente com relação ao pessoal contratado sem concurso público, por meio do regime celetista ou como “serviços prestados”. O intuito da norma foi assegurar as mesmas obrigações e vantagens dos servidores estáveis, conforme o art. 19 do ADCT/CF, até a realização de concurso público para regular o provimento dos cargos públicos. A entidade referida na situação apresentada, em 1994, era fundação estatal de direito privado e, portanto, não lhe era aplicável a Lei estadual n.º 5.810/1994. Com efeito, as situações que o art. 244 pretendeu alcançar não albergam empregados regularmente contratados sem concurso público, antes da CF, por fundação estatal de direito privado, os quais só podem acessar o regime estatutário mediante aprovação em concurso público para provimento dos

cargos públicos criados no quadro de pessoal da entidade.

### QUESITO 3 2/ CONCEITOS

0 – Não respondeu ao questionamento ou o fez de forma totalmente incorreta ou sem qualquer justificativa.

1 – ~~Abordou corretamente apenas um dos cinco~~ Respondeu que não, abordando, de forma correta, apenas um dos três elementos mencionados no padrão de resposta: 1) ~~prioridade sobre novos concursados durante o prazo de validade do certame (CF, art. 37, IV); 2) viabilidade, em tese, de abertura de novo certame; 3) risco considerável de ser reconhecido direito à convocação aos candidatos aprovados e não classificados; 4) previsão do Tema 784-RG; 5) recomendação de aguardar o fim do prazo de validade.~~

1) caráter transitório do art. 244 da Lei estadual n.º 5.810/1994; 2) inaplicabilidade da norma à fundação estatal de direito privado; 3) impossibilidade de aplicação da norma aos empregados de fundação estatal de direito privado, sob pena de burla ao concurso público.

2 – ~~Abordou corretamente dois dos cinco~~ Respondeu que não, abordando, de forma correta, dois dos três elementos mencionados no padrão de resposta: 1) ~~prioridade sobre novos concursados durante o prazo de validade do certame (CF, art. 37, IV); 2) viabilidade, em tese, de abertura de novo certame; 3) risco considerável de ser reconhecido direito à convocação aos candidatos aprovados e não classificados; 4) previsão do Tema 784-RG; 5) recomendação de aguardar o fim do prazo de validade.~~ 1) caráter transitório do art. 244 da Lei estadual n.º 5.810/1994; 2) inaplicabilidade da norma à fundação estatal de direito privado; 3) impossibilidade de aplicação da norma aos empregados de fundação estatal de direito privado, sob pena de burla ao concurso público.

3 – ~~Abordou corretamente três dos cinco~~ Respondeu que não, abordando, de forma correta, os três elementos mencionados no padrão de resposta: 1) ~~prioridade sobre novos concursados durante o prazo de validade do certame (CF, art. 37, IV); 2) viabilidade, em tese, de abertura de novo certame; 3) risco considerável de ser reconhecido direito à convocação aos candidatos aprovados e não classificados; 4) previsão do Tema 784-RG; 5) recomendação de aguardar o fim do prazo de validade.~~ 1) caráter transitório do art. 244 da Lei estadual n.º 5.810/1994; 2) inaplicabilidade da norma à fundação estatal de direito privado; 3) impossibilidade de aplicação da norma aos empregados de fundação estatal de direito privado, sob pena de burla ao concurso público.

4 – ~~Abordou corretamente quatro dos cinco~~ elementos mencionados no padrão de resposta: 1) ~~prioridade sobre novos concursados durante o prazo de validade do certame (CF, art. 37, IV); 2) viabilidade, em tese, de abertura de novo certame; 3) risco considerável de ser reconhecido direito à convocação aos candidatos aprovados e não classificados; 4) previsão do Tema 784-RG; 5) recomendação de aguardar o fim do prazo de validade.~~

5 – ~~Abordou corretamente os cinco~~ elementos mencionados no padrão de resposta: 1) ~~prioridade sobre novos concursados durante o prazo de validade do certame (CF, art. 37, IV); 2) viabilidade, em tese, de abertura de novo certame; 3) risco considerável de ser reconhecido direito à convocação aos candidatos aprovados e não classificados; 4) previsão do Tema 784-RG; 5) recomendação de aguardar o fim do prazo de validade.~~

### QUESITO 3

~~A resposta deve ser negativa.~~ A migração de servidores estatutários para o quadro de empregos permanentes equivaleria à transformação de cargos em empregos públicos. Por sua vez, a transformação de cargos, empregos e funções públicas é matéria de reserva legal (CF, art. 48, X). No caso, a lei estadual, ao abrigar os servidores estatutários em quadro em extinção junto à nova fundação estatal de direito privado, manteve o regime jurídico desses servidores. A migração só seria possível se a lei tivesse conferido expressamente direito de opção aos servidores.

De acordo com o art. 37, IV, da CF, “durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira”. A norma estabelece a prioridade dos candidatos aprovados sobre novos concursados, durante o prazo de validade do certame.

Em princípio, seria juridicamente viável a abertura de novo certame, já que a situação se refere a empregos públicos e o certame anterior havia sido realizado para o preenchimento de cargos públicos por entidade já extinta.

Contudo, com relação à oportunidade, dada a identidade ou a similitude de atribuições dos cargos e dos empregos públicos em questão e considerando que o regime estatutário é sabidamente mais benéfico do que o regime celetista – o que enseja ampla participação no respectivo certame, afastando-se a alegação de restrição à competitividade –, haveria risco considerável de se entender que os candidatos aprovados e não classificados teriam direito de ser convocados e optar pelo ingresso nos empregos públicos.

Sobre o direito, mesmo o dos candidatos aprovados e não classificados, a serem convocados com prioridade sobre novos concursados, já havia quem o defendesse em 2008, registrando-se que a evolução da matéria levou à edição da tese a seguir constante no Tema 784-RG (2016).

“O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato.”

Seria recomendável, então, aguardar o fim do prazo de validade do certame ocorrido em 2006, para realizar, com segurança, o concurso público para os empregos públicos, lembrando que, nessa oportunidade, a entidade já deveria estar com seus atos constitutivos devidamente registrados.

#### QUESTO 4 3/ CONCEITOS

0 – Não respondeu ao questionamento ou o fez de forma totalmente incorreta ou sem qualquer justificativa.

1 – ~~Respondeu que não, abordando, de forma correta, apenas um dos três~~ **Abordou corretamente apenas um dos seis** elementos mencionados no padrão de resposta: ~~1) migração equivalente à transformação de cargos em empregos públicos; 2) transformação de cargos públicos como matéria de reserva legal (CF, art. 48, X); 3) lei manteve o regime jurídico dos servidores estatutários e a migração dependeria de direito de opção legalmente previsto.~~ **1) prioridade sobre novos concursados durante o prazo de validade do certame (CF, art. 37, IV); 2) viabilidade, em tese, de abertura de novo certame; 3) risco considerável de ser reconhecido direito à convocação aos candidatos aprovados e não classificados; 4) previsão do Tema 784-RG; 5) recomendação de aguardar o fim do prazo de validade; 6) necessidade de registro dos atos constitutivos.**

2 – ~~Respondeu que não, abordando, de forma correta, dois dos três~~ **Abordou corretamente dois dos seis** elementos mencionados no padrão de resposta: ~~1) migração equivalente à transformação de cargos em empregos públicos; 2) transformação de cargos públicos como matéria de reserva legal (CF, art. 48, X); 3) lei manteve o regime jurídico dos servidores estatutários e a migração dependeria de direito de opção legalmente previsto.~~ **1) prioridade sobre novos concursados durante o prazo de validade do certame (CF, art. 37, IV); 2) viabilidade, em tese, de abertura de novo certame; 3) risco considerável de ser reconhecido direito à convocação aos candidatos aprovados e não classificados; 4) previsão do Tema 784-RG; 5) recomendação de aguardar o fim do prazo de validade; 6) necessidade de registro dos atos constitutivos.**

3 – ~~Respondeu que não, abordando, de forma correta, os três~~ **Abordou corretamente três dos seis** elementos mencionados no padrão de resposta: ~~1) migração equivalente à transformação de cargos em empregos públicos; 2) transformação de cargos públicos como matéria de reserva legal (CF, art. 48, X); 3) lei manteve o regime jurídico dos servidores estatutários e a migração dependeria de direito de opção legalmente previsto.~~ **1) prioridade sobre novos concursados durante o prazo de validade do certame (CF, art. 37, IV); 2) viabilidade, em tese, de abertura de novo certame; 3) risco considerável de ser reconhecido direito à convocação aos candidatos aprovados e não classificados; 4) previsão do Tema 784-RG; 5) recomendação de aguardar o fim do prazo de validade; 6) necessidade de registro dos atos constitutivos.**

4 – **Abordou corretamente quatro dos seis** elementos mencionados no padrão de resposta: **1) prioridade sobre novos concursados durante o prazo de validade do certame (CF, art. 37, IV); 2) viabilidade, em tese, de abertura de novo certame; 3) risco considerável de ser reconhecido direito à convocação aos candidatos aprovados e não classificados; 4) previsão do Tema 784-RG; 5) recomendação de aguardar o fim do prazo de validade; 6) necessidade de registro dos atos constitutivos.**

5 – **Abordou corretamente cinco dos seis** elementos mencionados no padrão de resposta: **1) prioridade sobre novos concursados durante o prazo de validade do certame (CF, art. 37, IV); 2) viabilidade, em tese, de abertura de novo certame; 3) risco considerável de ser reconhecido direito à convocação aos candidatos aprovados e não classificados; 4) previsão do Tema 784-RG; 5) recomendação de aguardar o fim do prazo de validade; 6) necessidade de registro dos atos constitutivos.**

6 – **Abordou corretamente os seis** elementos mencionados no padrão de resposta: **1) prioridade sobre novos concursados durante o prazo de validade do certame (CF, art. 37, IV); 2) viabilidade, em tese, de abertura de novo certame; 3) risco considerável de ser reconhecido direito à convocação aos candidatos aprovados e não classificados; 4) previsão do Tema 784-RG; 5) recomendação de aguardar o fim do prazo de validade; 6) necessidade de registro dos atos constitutivos.**

#### QUESTO 4

Na fundação estatal de direito privado, há empregos de confiança, submetidos ao regime celetista e demissíveis *ad nutum*, ao passo que, na fundação estatal de direito público, há cargos em comissão, submetidos ao regime estatutário e exoneráveis *ad nutum*.

Dada a precariedade do vínculo, os empregados de confiança (CF, art. 37, II) fazem jus aos depósitos do FGTS, mas não às verbas rescisórias típicas da rescisão imotivada nem à multa por atraso (CLT, art. 477, § 8.º).

A resposta deve ser negativa. A migração de servidores estatutários para o quadro de empregos permanentes equivaleria à transformação de cargos em empregos públicos. Por sua vez, a transformação de cargos, empregos e funções públicas é matéria de reserva legal (CF, art. 48, X). No caso, a lei estadual, ao abrigar os servidores estatutários em quadro em extinção junto à nova fundação estatal de direito privado, manteve o regime jurídico desses servidores. A migração só seria possível se a lei tivesse conferido expressamente direito de opção aos servidores.

#### QUESTO 4 / CONCEITOS

0 – Não respondeu ao questionamento ou o fez de forma totalmente incorreta ou sem qualquer justificativa.

1 – ~~Abordou corretamente um dos quatro~~ **Respondeu que não, abordando, de forma correta, apenas um dos três** elementos mencionados no padrão de resposta: ~~1) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito privado; 2) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito público; 3) direito ao FGTS; 4) ausência de direito às verbas rescisórias típicas da rescisão imotivada e à multa por atraso.~~ **1) migração equivalente à transformação de cargos em empregos públicos; 2) transformação de cargos públicos como matéria de reserva legal (CF, art. 48, X); 3) lei manteve o regime jurídico dos servidores estatutários e a migração dependeria de direito de opção legalmente previsto.**

2 – ~~Abordou corretamente dois dos quatro~~ **Respondeu que não, abordando, de forma correta, dois dos três** elementos mencionados no padrão de resposta: ~~1) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito privado; 2) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito público; 3) direito ao FGTS; 4) ausência de direito às verbas rescisórias típicas da rescisão imotivada e à multa por atraso.~~ **1) migração equivalente à transformação de cargos em empregos públicos; 2) transformação de cargos públicos como matéria de reserva legal (CF, art. 48, X); 3) lei manteve o regime jurídico dos servidores estatutários e a migração dependeria de direito de opção legalmente previsto.**

3 – Abordou corretamente três dos quatro **Respondeu que não, abordando, de forma correta, os três** elementos mencionados no padrão de resposta: 1) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito privado; 2) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito público; 3) direito ao FGTS; 4) ausência de direito às verbas rescisórias típicas da rescisão imotivada e à multa por atraso. **1) migração equivalente à transformação de cargos em empregos públicos; 2) transformação de cargos públicos como matéria de reserva legal (CF, art. 48, X); 3) lei manteve o regime jurídico dos servidores estatutários e a migração dependeria de direito de opção legalmente previsto.**

4 – Abordou corretamente os quatro elementos mencionados no padrão de resposta: 1) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito privado; 2) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito público; 3) direito ao FGTS; 4) ausência de direito às verbas rescisórias típicas da rescisão imotivada e à multa por atraso.

## QUESTO 5

A Constituição Federal de 1988 (CF) reconhece à administração direta e indireta a contratação, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da lei (CF, art. 37, IX). No âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do estado do Pará, essa contratação ocorre conforme disposto na Lei Complementar estadual n.º 7/1991, configurando-se o vínculo de natureza jurídico-administrativa. Nesse contexto inserem-se as fundações estatais de direito público.

Contudo, em se tratando de entidades estatais de direito privado — caso das fundações estatais de direito privado e das empresas estatais —, o regime jurídico de natureza híbrida (de direito privado com derrogações jus publicistas) a elas aplicável, em especial a sujeição do seu pessoal ao regime celetista, enseja a aplicação da CLT também às contratações temporárias (CLT, arts. 443, 445 e 451), para o atendimento da necessidade temporária de excepcional interesse público, configurando-se o vínculo de natureza jurídico-trabalhista.

Em qualquer caso, o pessoal temporário deve ser, em regra, selecionado via processo seletivo simplificado.

Na fundação estatal de direito privado, há empregos de confiança, submetidos ao regime celetista e demissíveis *ad nutum*, ao passo que, na fundação estatal de direito público, há cargos em comissão, submetidos ao regime estatutário e exoneráveis *ad nutum*.

Dada a precariedade do vínculo, os empregados de confiança (CF, art. 37, II) fazem jus aos depósitos do FGTS, mas não às verbas rescisórias típicas da rescisão imotivada nem à multa por atraso (CLT, art. 477, § 8.º).

## QUESTO 4 5/ CONCEITOS

0 – Não respondeu ao questionamento ou o fez de forma totalmente incorreta.

1 – Abordou corretamente um dos ~~três~~ **quatro** elementos mencionados no padrão de resposta: ~~1) contratação de pessoal temporário (CF, art. 37, IX); 2) contratação pelas fundações estatais de direito público em consonância com a LCE n.º 7/1991, a qual estabelece o vínculo de natureza jurídico-administrativa; 3) regime jurídico híbrido das fundações estatais de direito privado que enseja a aplicação das normas celetistas sobre contratações temporárias (CLT, arts. 443, 445 e 451), configurando-se o vínculo de natureza jurídico-trabalhista.~~ **1) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito privado; 2) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito público; 3) direito ao FGTS; 4) ausência de direito às verbas rescisórias típicas da rescisão imotivada e à multa por atraso.**

2 – Abordou corretamente dois dos ~~três~~ **quatro** elementos mencionados no padrão de resposta: ~~1) contratação de pessoal temporário (CF, art. 37, IX); 2) contratação pelas fundações estatais de direito público em consonância com a LCE n.º 7/1991, a qual estabelece o vínculo de natureza jurídico-administrativa; 3) regime jurídico híbrido das fundações estatais de direito privado que enseja a aplicação das normas celetistas sobre contratações temporárias (CLT, arts. 443, 445 e 451), configurando-se o vínculo de natureza jurídico-trabalhista.~~ **1) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito privado; 2) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito público; 3) direito ao FGTS; 4) ausência de direito às verbas rescisórias típicas da rescisão imotivada e à multa por atraso.**

3 – Abordou corretamente os três **dos quatro** elementos mencionados no padrão de resposta: ~~1) contratação de pessoal temporário (CF, art. 37, IX); 2) contratação pelas fundações estatais de direito público em consonância com a LCE n.º 7/1991, a qual estabelece o vínculo de natureza jurídico-administrativa; 3) regime jurídico híbrido das fundações estatais de direito privado que enseja a aplicação das normas celetistas sobre contratações temporárias (CLT, arts. 443, 445 e 451), configurando-se o vínculo de natureza jurídico-trabalhista.~~ **1) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito privado; 2) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito público; 3) direito ao FGTS; 4) ausência de direito às verbas rescisórias típicas da rescisão imotivada e à multa por atraso.**

4 – Abordou corretamente os quatro elementos mencionados no padrão de resposta: 1) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito privado; 2) regime jurídico dos postos de confiança da fundação estatal de direito público; 3) direito ao FGTS; 4) ausência de direito às verbas rescisórias típicas da rescisão imotivada e à multa por atraso.

## QUESTO 6

Não se exigia aprovação prévia em concurso público para a contratação de empregados públicos antes da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 (CF). Portanto, os contratos são válidos.

A tais empregados não se reconhece, contudo, estabilidade, já que, quando do seu ingresso, sequer era exigida a aprovação em concurso público. Note-se que nem mesmo os contratados antes de 1983 têm estabilidade excepcional (Tema 545 RG (30.06.2020):

~~I— A qualificação de uma *fundação* instituída pelo Estado como sujeita ao regime *público* ou privado depende (i) do estatuto de sua criação ou autorização e (ii) das atividades por ela prestadas. As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada *fundação*, ainda que essa seja instituída ou mantida pelo Poder *público*, podem se submeter ao regime jurídico de direito privado. II— A estabilidade especial do art. 19 do ADCT não se estende aos empregados das *fundações* públicas de direito privado, aplicando-se tão somente aos servidores das pessoas jurídicas de direito *público*.~~

Ademais, também não se aplica aos empregados em questão a estabilidade prevista no art. 41 da CF, conforme constante da Súmula 390 do TST.

~~Portanto, tais empregados podem ser dispensados sem justa causa (rescisão contratual), fazendo jus às verbas rescisórias, conforme previsto na legislação trabalhista, inclusive à multa de 40% sobre o FGTS e o aviso prévio.~~

#### **QUESITO 6 / CONCEITOS**

0— Não respondeu ao questionamento ou o fez de forma totalmente incorreta ou sem qualquer justificativa.

1— Respondeu que sim, abordando, de forma correta, apenas um dos seis elementos mencionados no padrão de resposta: 1) contratos válidos; 2) ausência de estabilidade; 3) ~~previsão do Tema 545-RG~~; 4) ~~previsão da Súmula 390, TST~~; 5) cabimento da dispensa sem justa causa; 6) direito às verbas rescisórias.

2— Respondeu que sim, abordando, de forma correta, dois dos seis elementos mencionados no padrão de resposta: 1) contratos válidos; 2) ausência de estabilidade; 3) ~~previsão do Tema 545-RG~~; 4) ~~previsão da Súmula 390, TST~~; 5) cabimento da dispensa sem justa causa; 6) direito às verbas rescisórias.

3— Respondeu que sim, abordando, de forma correta, três dos seis elementos mencionados no o padrão de resposta: 1) contratos válidos; 2) ausência de estabilidade; 3) ~~previsão do Tema 545-RG~~; 4) ~~previsão da Súmula 390, TST~~; 5) cabimento da dispensa sem justa causa; 6) direito às verbas rescisórias.

4— Respondeu que sim, abordando, de forma correta, quatro dos seis elementos mencionados no padrão de resposta: 1) contratos válidos; 2) ausência de estabilidade; 3) ~~previsão do Tema 545-RG~~; 4) ~~previsão da Súmula 390, TST~~; 5) cabimento da dispensa sem justa causa; 6) direito às verbas rescisórias.

5— Respondeu que sim, abordando, de forma correta, cinco dos seis elementos mencionados no padrão de resposta: 1) contratos válidos; 2) ausência de estabilidade; 3) ~~previsão do Tema 545-RG~~; 4) ~~previsão da Súmula 390, TST~~; 5) cabimento da dispensa sem justa causa; 6) direito às verbas rescisórias.

6— Respondeu que sim, abordando, de forma correta, os seis elementos mencionados no padrão de resposta: 1) contratos válidos; 2) ausência de estabilidade; 3) ~~previsão do Tema 545-RG~~; 4) ~~previsão da Súmula 390, TST~~; 5) cabimento da dispensa sem justa causa; 6) direito às verbas rescisórias.

#### **QUESITO 7**

A CF passou a exigir a aprovação prévia em concurso público para a contratação de empregados públicos (art. 37, II). Portanto, os contratos são inválidos.

Tais contratos devem ser invalidados, por meio do devido processo legal, assegurada a ampla defesa, nos termos da Lei Estadual n.º 8.972/2020 (LEPA), ressaltando-se que, no caso em comento, a invalidação é possível a qualquer tempo (Tema-RG 839 - 2015): “a) Possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei n.º 9.784/1999”).

Portanto, diante da nulidade contratual, tais empregados têm direito apenas ao pagamento do salário e ao levantamento do FGTS (Súmula 363 do TST).

#### **QUESITO 7 / CONCEITOS**

0 – Não respondeu ao questionamento ou o fez de forma totalmente incorreta ou sem qualquer justificativa.

1 – Respondeu que sim, abordando, de forma correta, apenas um dos cinco elementos mencionados no padrão de resposta: 1) contratos inválidos (CF, art. 37, II); 2) invalidação por meio do devido processo legal, com ampla defesa, nos termos da LEPA; 3) previsão no Tema 839-RG; 4) direito a salário e FGTS; 5) previsão na Súmula 363 do TST.

2 – Respondeu que sim, abordando, de forma correta, dois dos cinco elementos mencionados no padrão de resposta: 1) contratos inválidos (CF, art. 37, II); 2) invalidação por meio do devido processo legal, com ampla defesa, nos termos da LEPA; 3) previsão no Tema 839-RG; 4) direito a salário e FGTS; 5) previsão na Súmula 363 do TST.

3 – Respondeu que sim, abordando, de forma correta, três dos cinco elementos mencionados no padrão de resposta: 1) contratos inválidos (CF, art. 37, II); 2) invalidação por meio do devido processo legal, com ampla defesa, nos termos da LEPA; 3) previsão no Tema 839-RG; 4) direito a salário e FGTS; 5) previsão na Súmula 363 do TST.

4 – Respondeu que sim, abordando, de forma correta, quatro dos cinco elementos mencionados no padrão de resposta: 1) contratos inválidos (CF, art. 37, II); 2) invalidação por meio do devido processo legal, com ampla defesa, nos termos da LEPA; 3) previsão no Tema 839-RG; 4) direito a salário e FGTS; 5) previsão na Súmula 363 do TST.

5 – Respondeu que sim, abordando, de forma correta, os cinco elementos mencionados no padrão de resposta: 1) contratos inválidos (CF, art. 37, II); 2) invalidação por meio do devido processo legal, com ampla defesa, nos termos da LEPA; 3) previsão no Tema 839-RG; 4) direito a salário e FGTS; 5) previsão na Súmula 363 do TST.

## QUESITO 8

A resposta deve ser negativa. De acordo com a CLT, são excluídas do dever de recolher contribuição sindical patronal as entidades ou as instituições que não exercem atividade econômica com fins lucrativos (CLT, art. 580, III, §§ 5.º e 6.º). Fundação é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos (DL n.º 200/1967, art. 5.º, IV). Assim, independentemente da personalidade jurídica da fundação estatal, privada ou pública, é característica sua a ausência de fins lucrativos, o que afasta o dever de recolher contribuição sindical patronal.

### QUESITO 8 / CONCEITOS

0 – Não respondeu ao questionamento ou o fez de forma totalmente incorreta ou sem qualquer justificativa.

1 – Respondeu que não, abordando, de forma correta, apenas um dos três elementos mencionados no padrão de resposta: 1) previsão na CLT (art. 580, III, §§ 5.º e 6.º); 2) previsão no DL n.º 200/1967 (art. 5.º, IV); 3) não cabimento, ante a ausência de fins lucrativos, de recolhimento da contribuição patronal, independentemente da personalidade jurídica da fundação estatal.

2 – Respondeu que não, abordando, de forma correta, dois dos três elementos mencionados no padrão de resposta: 1) previsão na CLT (art. 580, III, §§ 5.º e 6.º); 2) previsão no DL n.º 200/1967 (art. 5.º, IV); 3) não cabimento, ante a ausência de fins lucrativos, de recolhimento da contribuição patronal, independentemente da personalidade jurídica da fundação estatal.

3 – Respondeu que não, abordando, de forma correta, os três elementos mencionados no padrão de resposta: 1) previsão na CLT (art. 580, III, §§ 5.º e 6.º); 2) previsão no DL n.º 200/1967 (art. 5.º, IV); 3) não cabimento, ante a ausência de fins lucrativos, de recolhimento da contribuição patronal, independentemente da personalidade jurídica da fundação estatal.

## QUESITO 9

**Não obstante tratar-se de matéria controvertida**, a LCE n.º 39/2002 passou a exigir do servidor, durante o período de licença sem remuneração, o recolhimento das contribuições previdenciárias, inclusive a patronal, como condição ao exercício dos direitos previdenciários e à contagem do período de licença sem remuneração como tempo de contribuição para fins de aposentadoria (art. 92-A, redação dada pela Lei Complementar n.º 128, de 13 de janeiro de 2020, *caput* e §§ 2.º e 3.º). **Uma vez que o diploma legal estadual goza de presunção de constitucionalidade**, o recolhimento é obrigatório e sua inobservância exigirá da entidade a notificação do servidor para autorizar o desconto da dívida em folha, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa (art. 92-A, §§ 2.º e 4.º).

### QUESITO 9 / CONCEITOS

0 – Não respondeu ao questionamento ou o fez de forma totalmente incorreta.

1 – Abordou corretamente apenas um dos ~~três~~ **quatro** elementos mencionados no padrão de resposta: 1) ~~recolhimento obrigatório da contribuição patronal (LCE n.º 39/2002, art. 92-A)~~ **matéria controvertida**; 2) ~~notificação do servidor para autorizar desconto da dívida em folha (art. 92-A, § 4.º);~~ **recolhimento obrigatório da contribuição patronal (LCE n.º 39/2002, art. 92-A)**; 3) ~~inscrição em dívida ativa (art. 92-A, § 2.º).~~ **notificação do servidor para autorizar desconto da dívida em folha (art. 92-A, § 4.º); 4) inscrição em dívida ativa (art. 92-A, § 2.º).**

2 – Abordou corretamente dois dos ~~três~~ **quatro** elementos mencionados no padrão de resposta: 1) ~~recolhimento obrigatório da contribuição patronal (LCE n.º 39/2002, art. 92-A)~~ **matéria controvertida**; 2) ~~notificação do servidor para autorizar desconto da dívida em folha (art. 92-A, § 4.º);~~ **recolhimento obrigatório da contribuição patronal (LCE n.º 39/2002, art. 92-A)**; 3) ~~inscrição em dívida ativa (art. 92-A, § 2.º).~~ **notificação do servidor para autorizar desconto da dívida em folha (art. 92-A, § 4.º); 4) inscrição em dívida ativa (art. 92-A, § 2.º).**

3 – Abordou corretamente os ~~três~~ **dos quatro** elementos mencionados no padrão de resposta: 1) ~~recolhimento obrigatório da contribuição patronal (LCE n.º 39/2002, art. 92-A)~~ **matéria controvertida**; 2) ~~notificação do servidor para autorizar desconto da dívida em folha (art. 92-A, § 4.º);~~ **recolhimento obrigatório da contribuição patronal (LCE n.º 39/2002, art. 92-A)**; 3) ~~inscrição em dívida ativa (art. 92-A, § 2.º).~~ **notificação do servidor para autorizar desconto da dívida em folha (art. 92-A, § 4.º); 4) inscrição em dívida ativa (art. 92-A, § 2.º).**

4 – Abordou corretamente os **quatro** elementos mencionados no padrão de resposta: 1) **matéria controvertida**; 2) **recolhimento obrigatório da contribuição patronal (LCE n.º 39/2002, art. 92-A)**; 3) **notificação do servidor para autorizar desconto da dívida em folha (art. 92-A, § 4.º); 4) inscrição em dívida ativa (art. 92-A, § 2.º).**

## QUESITO 10

O art. 40 da Lei n.º 4.320/1964 estabelece que são consideradas créditos adicionais as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual. Entre os créditos adicionais, o art. 41, II, da Lei n.º 4.320/1964 classifica como especiais os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Logo, tendo a fundação estatal de direito privado passado a ser fundação estatal de direito público no curso do exercício fiscal relativo ao ano de 2005, deve ser aberto crédito adicional especial, o qual, conforme os arts. 42 e 43, *caput*, da Lei n.º 4.320/1964, deve ser autorizado por lei, aberto por decreto do Poder Executivo, e depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

Ainda por força do art. 42 da Lei n.º 4.320/1964, a lei de criação da fundação estatal de direito público deve conter dispositivo que autorize ao Poder Executivo a abertura do crédito adicional especial em valor suficiente para albergar a despesa decorrente da criação da pessoa jurídica. Sugestão de texto do artigo: Art. XX. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social vigente, em favor da Fundação ..... do Estado do Pará, crédito especial no valor de R\$.XXXXXXXX(XXX milhões, XXXX mil reais), destinado a atender as despesas necessárias ao fiel cumprimento desta Lei,

## QUESITO 10 / CONCEITOS

0 – Não respondeu ao questionamento ou o fez de forma totalmente incorreta.

1 – Abordou corretamente um dos ~~cinco~~ **quatro** elementos mencionados no padrão de respostas: 1) identificação de caso de crédito adicional especial; 2) fundamentação correta com base nos artigos 40 e 41, II, da Lei n.º 4.320/1964; 3) explicação fundamentada no art. 42 da Lei n.º 4.320/1964 que o crédito deve ser autorizado por lei; 4) ~~e~~ informação de que o crédito dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, mediante justificativa, conforme previsto no art. 43 da Lei n.º 4.320/1964; 5) apresentação correta de proposta de redação ao dispositivo legal.

2 – Abordou corretamente dois dos ~~cinco~~ **quatro** elementos mencionados no padrão de respostas: 1) identificação de caso de crédito adicional especial; 2) fundamentação correta com base nos artigos 40 e 41, II, da Lei n.º 4.320/1964; 3) explicação fundamentada no art. 42 da Lei n.º 4.320/1964 que o crédito deve ser autorizado por lei; 4) ~~e~~ informação de que o crédito dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, mediante justificativa, conforme previsto no art. 43 da Lei n.º 4.320/1964; 5) Apresentação correta de proposta de redação ao dispositivo legal.

3 – Abordou corretamente três dos ~~cinco~~ **quatro** elementos mencionados no padrão de respostas: 1) identificação de caso de crédito adicional especial; 2) fundamentação correta com base nos artigos 40 e 41, II, da Lei n.º 4.320/1964; 3) explicação fundamentada no art. 42 da Lei n.º 4.320/1964 que o crédito deve ser autorizado por lei; 4) ~~e~~ informação de que o crédito dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, mediante justificativa, conforme previsto no art. 43 da Lei n.º 4.320/1964; 5) Apresentação correta de proposta de redação ao dispositivo legal.

4 – Abordou corretamente ~~quatro dos cinco~~ **todos os** elementos mencionados no padrão de respostas: 1) identificação de caso de crédito adicional especial; 2) fundamentação correta com base nos artigos 40 e 41, II, da Lei n.º 4.320/1964; 3) explicação fundamentada no art. 42 da Lei n.º 4.320/1964 que o crédito deve ser autorizado por lei; 4) ~~e~~ informação de que o crédito dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, mediante justificativa, conforme previsto no art. 43 da Lei n.º 4.320/1964; 5) Apresentação correta de proposta de redação ao dispositivo legal.

5 – ~~Abordou corretamente todos os elementos mencionados no padrão de respostas: 1) identificação de caso de crédito adicional especial; 2) fundamentação correta com base nos artigos 40 e 41, II, da Lei n.º 4.320/1964; 3) explicação fundamentada no art. 42 da Lei n.º 4.320/1964 que o crédito deve ser autorizado por lei; 4) informação de que o crédito dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, mediante justificativa, conforme previsto no art. 43 da Lei n.º 4.320/1964; 5) Apresentação correta de proposta de redação ao dispositivo legal.~~